

TREMEMBÉ-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA
DE TREMEMBÉ - SÃO PAULO

Auxiliar De
Desenvolvimento Infantil

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2025

CÓD: SL-109FV-25
7908433271833

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de diversos tipos de textos (literários e não literários)	7
2. Sinônimos e antônimos. Sentido próprio e figurado das palavras.....	9
3. Pontuação.....	13
4. Classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição e conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem.....	16
5. Concordância verbal e nominal	25
6. Regência verbal e nominal.....	26
7. Colocação pronominal	28
8. Crase	29

Matemática

1. Resolução de situações-problema, envolvendo: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação ou radiciação com números racionais, nas suas representações fracionária ou decimal	39
2. Mínimo múltiplo comum	40
3. Razão e proporção	41
4. Regra de três simples.....	43
5. Porcentagem.....	43
6. Equação do 1º grau.....	45
7. Grandezas e medidas: quantidade, tempo, comprimento, superfície, capacidade e massa	46
8. Relação entre grandezas: tabela ou gráfico	49
9. Noções de geometria plana – forma, área, perímetro e teorema de pitágoras	53

Legislação

1. Regimento escolar comum da rede municipal de ensino de tremembé	61
2. Lei complementar n° 391, de 04 de outubro de 2022: dispõe sobre a organização administrativa, plano de cargos e salários e evolução funcional dos servidores públicos do município da estância turística de tremembé e dá outras providências.....	65

Conhecimentos Específicos

Auxiliar De Desenvolvimento Infantil

1. Incentivo ao desenvolvimento infantil.....	69
2. Cuidados com a criança; auxílio e orientação quanto à alimentação da criança; higiene da criança; orientação da criança à higiene	70
3. Recreação infantil: auxílio na execução de brincadeiras e atividades recreativas	74
4. Auxílio à execução de atividades previstas no planejamento escolar.....	79
5. Noções básicas de assepsia, desinfecção e esterilização do ambiente.....	85
6. Importância do ambiente seguro, protegido e afetuoso na educação infantil	92
7. Noções sobre organização e da conservação dos maternais e do ambiente da creche e da pré-escola	96
8. Acompanhamento de entrada e saída de crianças	101
9. Procedimentos básicos para atendimento aos pais.....	107
10. Trabalho em equipe	112
11. Noções de ética e cidadania	112
12. Noções básicas de relações humanas.....	113
13. Constituição federal – artigos 205, 206; 208 a 214.....	114
14. Lei federal nº 8.069/90: Estatuto da criança e do adolescente – artigos 1º ao 6º; 15 ao 18-b; 53 ao 59; 131 ao 137	117
15. Campos, maria malta; rosemberg, fúlvia. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. Brasília: mec/seb, 2009.....	120
16. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência) – lei nº 13.146, De 6 de julho de 2015 (artigos do 1º ao 30)	122

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE TEXTOS (LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS)

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.
(A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.

(B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.

(C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.

(D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.

(E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Resolução:

Em “A” – Errado: o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade.

Em “B” – Certo: o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis.

Em “C” – Errado: o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições.

Em “D” – Errado: além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”.

Em “E” – Errado: este é o tema do texto, a inclusão dos deficientes.

Resposta: Letra B.

Compreender um texto nada mais é do que analisar e decodificar o que de fato está escrito, seja das frases ou de ideias presentes. Além disso, interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade.

A compreensão básica do texto permite o entendimento de todo e qualquer texto ou discurso, com base na ideia transmitida pelo conteúdo. Ademais, compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

A interpretação de texto envolve explorar várias facetas, desde a compreensão básica do que está escrito até as análises mais profundas sobre significados, intenções e contextos culturais. No entanto, Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se extrair os tópicos frasais presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na compreensão do conteúdo exposto, uma vez que é ali que se estabelecem as relações hierárquicas do pensamento defendido, seja retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se atentar às ideias do autor, o que não implica em ficar preso à superfície do texto, mas é fundamental que não se criem suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. Ademais, a leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente.

Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os tópicos frasais presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido; retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas.

Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto envolve realizar uma análise objetiva do seu conteúdo para verificar o que está explicitamente escrito nele. Por outro lado, a interpretação vai além, relacionando as ideias do texto com a realidade. Nesse processo, o leitor extrai conclusões subjetivas a partir da leitura.

Principais características do texto literário

Há diferença do texto literário em relação ao texto referencial, sobretudo, por sua carga estética. Esse tipo de texto exerce uma linguagem ficcional, além de fazer referência à função poética da linguagem.

Uma constante discussão sobre a função e a estrutura do texto literário existe, e também sobre a dificuldade de se entenderem os enigmas, as ambiguidades, as metáforas da literatura. São esses elementos que constituem o atrativo do texto literário: a escrita diferenciada, o trabalho com a palavra, seu aspecto conotativo, seus enigmas.

A literatura apresenta-se como o instrumento artístico de análise de mundo e de compreensão do homem. Cada época conceituou a literatura e suas funções de acordo com a realidade, o contexto histórico e cultural e, os anseios dos indivíduos daquele momento.

– **Ficcionalidade:** os textos baseiam-se no real, transfigurando-o, recriando-o.

– **Aspecto subjetivo:** o texto apresenta o olhar pessoal do artista, suas experiências e emoções.

– **Ênfase na função poética da linguagem:** o texto literário manipula a palavra, revestindo-a de caráter artístico.

– **Plurissignificação:** as palavras, no texto literário, assumem vários significados.

Principais características do texto não literário

Apresenta peculiaridades em relação a linguagem literária, entre elas o emprego de uma linguagem convencional e denotativa. Além disso, tem como função informar de maneira clara e sucinta, desconsiderando aspectos estilísticos próprios da linguagem literária.

Os diversos textos podem ser classificados de acordo com a linguagem utilizada. Ademais, a linguagem de um texto está condicionada à sua funcionalidade. Quando pensamos nos diversos tipos e gêneros textuais, devemos pensar também na linguagem adequada a ser adotada em cada um deles. Para isso existem a linguagem literária e a linguagem não literária.

Diferente do que ocorre com os textos literários, nos quais há uma preocupação com o objeto linguístico e também com o estilo, os textos não literários apresentam características bem delimitadas para que possam cumprir sua principal missão, que é, na maioria das vezes, a de informar. Quando pensamos em informação, alguns elementos devem ser elencados, como a objetividade, a transparência e o compromisso com uma linguagem não literária, afastando assim possíveis equívocos na interpretação de um texto.

SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS. SENTIDO PRÓPRIO E FIGURADO DAS PALAVRAS

— Introdução

A significação das palavras é um aspecto fundamental da comunicação, sendo responsável por garantir que a mensagem transmitida seja compreendida da maneira correta pelo interlocutor. Dentro da Gramática Normativa, esse estudo é abordado pela área da Semântica, que se dedica a investigar os diferentes sentidos que as palavras podem assumir em diversos contextos.

Ao utilizarmos a língua portuguesa, as palavras não possuem um único significado; sua interpretação pode variar conforme o contexto em que são inseridas, o tom do discurso ou até mesmo a intenção do emissor. Por isso, compreender a significação das palavras é essencial para aprimorar a clareza e a precisão na comunicação, especialmente em situações formais, como em provas de concursos públicos ou na redação de documentos oficiais.

— Antônimo e Sinônimo

A compreensão de antônimos e sinônimos é fundamental para enriquecer o vocabulário e tornar a comunicação mais variada e expressiva. Esses conceitos desempenham um papel crucial na produção textual e na interpretação de textos, ajudando a evitar repetições indesejadas e a construir discursos mais coesos e precisos.

Antônimo: Palavras de Sentidos Opostos

Antônimos são palavras que possuem significados opostos ou contrários entre si. Eles são utilizados para criar contrastes e realçar diferenças em um texto, contribuindo para a clareza e a força do discurso. A habilidade de identificar e usar antônimos corretamente é uma ferramenta valiosa para quem deseja aprimorar a expressão escrita e oral.

Exemplos de Antônimos:

– **Felicidade vs. Tristeza:** A felicidade representa um estado de contentamento e alegria, enquanto a tristeza denota um estado de desânimo ou infelicidade.

– **Homem vs. Mulher:** Aqui, temos a oposição entre os gêneros, onde o homem representa o masculino e a mulher, o feminino.

– **Claro vs. Escuro:** Estes termos indicam a presença ou ausência de luz, respectivamente.

Os antônimos também podem ser úteis na elaboração de comparações e na construção de argumentos. Por exemplo, ao escrever uma redação, ao mostrar um ponto de vista negativo e depois contrastá-lo com um ponto de vista positivo, a ideia é reforçada e o texto ganha em riqueza argumentativa.

— Sinônimo: Palavras de Sentidos Semelhantes

Sinônimos são palavras que possuem significados iguais ou muito parecidos e que, portanto, podem substituir uma à outra em diferentes contextos sem alterar o sentido da frase. O uso de sinônimos é especialmente útil na produção de textos mais sofisticados, pois permite evitar a repetição excessiva de palavras, tornando a escrita mais fluida e interessante.

Exemplos de Sinônimos:

– **Felicidade:** alegria, contentamento, júbilo.

– **Homem:** varão, macho, cavaleiro.

– **Inteligente:** sábio, esperto, perspicaz.

O uso adequado de sinônimos demonstra um domínio amplo do vocabulário e a capacidade de adaptar a linguagem a diferentes contextos, o que é especialmente importante em redações de concursos públicos e exames, nos quais a repetição excessiva de termos pode ser vista como uma limitação do repertório linguístico do candidato.

A Importância dos Antônimos e Sinônimos na Produção Textual

O emprego de antônimos e sinônimos na construção de textos é um recurso estilístico que permite ao autor variar a linguagem, evitar monotonia e enriquecer a mensagem. Um texto repleto de repetições tende a se tornar cansativo e pouco envolvente para o leitor, ao passo que a alternância de termos similares e o uso de palavras opostas conferem dinamismo e elegância à escrita.

Por exemplo, ao escrever uma redação, em vez de repetir a palavra “importante” diversas vezes, o autor pode substituí-la por termos como “relevante”, “significativo” ou “fundamental”, demonstrando, assim, um maior domínio da língua e capacidade de expressão.

Além disso, a compreensão de antônimos é útil para a elaboração de argumentos. Em uma dissertação argumentativa, por exemplo, o uso de termos opostos pode reforçar ideias ao contrastar pontos positivos e negativos, facilitando a defesa de um ponto de vista.

Dicas para o Uso Eficiente de Antônimos e Sinônimos:

– **Contexto é fundamental:** Nem sempre uma palavra pode ser substituída por um sinônimo sem alterar o sentido original da frase. É essencial considerar o contexto em que a palavra está inserida antes de optar por um sinônimo.

– **Varie o vocabulário:** Ao redigir um texto, evite a repetição excessiva de palavras. Utilize sinônimos para enriquecer a linguagem e tornar o texto mais envolvente.

– **Cuidado com os antônimos parciais:** Nem sempre os antônimos possuem um sentido totalmente oposto. Por exemplo, “quente” e “frio” são opostos, mas há outros graus de temperatura entre eles, como “morno” e “gelado”.

– **Considere o nível de formalidade:** Nem todos os sinônimos são adequados para todos os contextos. Em textos formais, como redações de concursos públicos, prefira sinônimos mais formais e evite gírias ou expressões coloquiais.

O uso consciente e estratégico de antônimos e sinônimos aprimora a qualidade da comunicação, tornando-a mais eficaz, rica e adaptada ao propósito do discurso. Esses recursos, quando bem aplicados, refletem um domínio aprofundado da língua portuguesa, contribuindo para uma expressão clara, precisa e impactante.

— Hipônimos e Hiperônimos

Os conceitos de hipônimos e hiperônimos são essenciais para compreender as relações de sentido e hierarquia entre palavras na língua portuguesa. Essas relações semânticas ajudam a organizar o vocabulário de forma mais lógica e estruturada, permitindo uma comunicação mais clara e precisa.

Hipônimos: Palavras de Sentido Específico

Os hipônimos são palavras que apresentam um sentido mais específico dentro de um campo semântico. Em outras palavras, elas representam elementos que pertencem a uma categoria maior e que compartilham características em comum com outros elementos dessa mesma categoria. Os hipônimos ajudam a detalhar e a especificar a comunicação, tornando-a mais precisa.

Exemplos de Hipônimos:

- **Rosa, margarida e tulipa** são hipônimos da categoria “flores”.
- **Cachorro, gato e hamster** são hipônimos de “animais domésticos”.
- **Carro, moto e ônibus** são hipônimos de “veículos”.

Os hipônimos permitem que a comunicação seja detalhada e enriquecida, possibilitando que o falante ou escritor seja mais específico e preciso em suas colocações. Por exemplo, ao falar “Eu gosto de flores”, estamos sendo genéricos, mas ao afirmar “Eu gosto de rosas”, o sentido torna-se mais específico e claro.

Hiperônimos: Palavras de Sentido Genérico

Os hiperônimos, por outro lado, são palavras de sentido mais amplo e abrangente que englobam diversas outras palavras que compartilham características em comum. Eles representam categorias gerais nas quais os hipônimos se encaixam. Os hiperônimos permitem generalizar e agrupar informações, sendo muito úteis para resumir ideias e conceitos.

Exemplos de Hiperônimos:

- **Flores** é o hiperônimo que abrange rosa, margarida e tulipa.
- **Animais domésticos** é o hiperônimo que inclui cachorro, gato e hamster.
- **Veículos** é o hiperônimo que abrange carro, moto e ônibus.

Ao utilizar hiperônimos, é possível simplificar a comunicação e evitar repetições desnecessárias, especialmente quando queremos referir-nos a um grupo de itens ou conceitos de forma mais geral.

Diferença entre Hipônimos e Hiperônimos

A principal diferença entre hipônimos e hiperônimos reside no grau de especificidade. Os hipônimos são mais específicos e detalhados, enquanto os hiperônimos são mais genéricos e abrangentes. A relação entre hipônimos e hiperônimos é hierárquica, pois o hiperônimo está sempre em um nível superior ao dos hipônimos na cadeia de significados.

Essa relação é semelhante à ideia de uma “árvore” semântica: o hiperônimo seria o “tronco” que dá origem a vários “galhos”, que são os hipônimos. Essa analogia ajuda a entender como as palavras se conectam e organizam em campos de sentido.

Diferença entre Hiperônimos e Substantivos Coletivos

É importante não confundir hiperônimos com substantivos coletivos, pois, embora ambos indiquem uma ideia de conjunto, eles desempenham papéis diferentes na língua.

– **Substantivo Coletivo:** refere-se a um grupo ou conjunto de elementos de uma mesma natureza, como “cardume” (grupo de peixes) ou “alcateia” (grupo de lobos).

– **Hiperônimo:** é uma palavra de sentido mais amplo que engloba outras palavras com sentidos mais específicos, sem necessariamente representar um conjunto.

Por exemplo, “fruta” é um hiperônimo que abrange maçã, banana e laranja, mas não se trata de um substantivo coletivo, pois não indica um grupo de frutas. Já o termo “pomar” é um substantivo coletivo, pois se refere a um conjunto de árvores frutíferas.

A Importância de Hipônimos e Hiperônimos na Comunicação

A compreensão e o uso adequado de hipônimos e hiperônimos são essenciais para enriquecer a produção textual e a interpretação de textos. Ao empregar esses conceitos de maneira consciente, é possível variar o nível de generalidade ou especificidade da linguagem, adaptando-se ao contexto e ao objetivo da comunicação.

Na redação de textos, especialmente em concursos públicos, o uso desses termos pode demonstrar domínio da língua e capacidade de estruturar ideias de forma clara e lógica. Por exemplo, ao escrever um texto sobre “animais domésticos”, o uso de hipônimos (cachorro, gato, papagaio) permite que o texto seja mais rico em detalhes e informativo. Por outro lado, o uso de hiperônimos pode ajudar a resumir ideias e a evitar repetições, mantendo a coesão e a fluidez do texto.

Dicas para o Uso de Hipônimos e Hiperônimos:

– **Escolha o nível de especificidade adequado:** Em textos formais ou informativos, os hipônimos ajudam a fornecer detalhes importantes. Já em textos mais genéricos ou de caráter introdutório, os hiperônimos são mais apropriados.

– **Utilize hiperônimos para evitar repetições:** Quando precisar mencionar um grupo de palavras várias vezes em um texto, use o hiperônimo para evitar a repetição e tornar a escrita mais fluida.

– **Seja claro ao usar hipônimos:** Quando desejar especificar algo, opte por hipônimos para garantir que a mensagem seja precisa e clara.

– **Pratique a identificação dessas relações:** Para aprimorar sua compreensão, tente identificar hipônimos e hiperônimos em textos que você lê. Isso reforçará sua habilidade de reconhecer e aplicar essas relações em suas próprias produções.

O domínio dos conceitos de hipônimos e hiperônimos contribui para uma comunicação mais efetiva, enriquecendo a capacidade de expressão e compreensão. Ao compreender as nuances de sentido entre palavras mais específicas e mais gerais, o estudante desenvolve um repertório mais amplo e uma maior habilidade em adaptar seu discurso a diferentes contextos e propósitos comunicativos.

MATEMÁTICA

RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES-PROBLEMA, ENVOLVENDO: ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO, POTENCIAÇÃO OU RADICIAÇÃO COM NÚMEROS RACIONAIS, NAS SUAS REPRESENTAÇÕES FRACIONÁRIA OU DECIMAL

A habilidade de resolver problemas matemáticos é aprimorada através da prática e do entendimento dos conceitos fundamentais. Neste contexto, a manipulação de números racionais, seja em forma fracionária ou decimal, mostra-se como um aspecto essencial. A familiaridade com essas representações numéricas e a capacidade de transitar entre elas são competências essenciais para a resolução de uma ampla gama de questões matemáticas. Vejamos alguns exemplos:

01. (Câmara Municipal de São José dos Campos/SP – Analista Técnico Legislativo – Designer Gráfico – VUNESP) Em um condomínio, a caixa d'água do bloco A contém 10 000 litros a mais de água do que a caixa d'água do bloco B. Foram transferidos 2 000 litros de água da caixa d'água do bloco A para a do bloco B, ficando o bloco A com o dobro de água armazenada em relação ao bloco B. Após a transferência, a diferença das reservas de água entre as caixas dos blocos A e B, em litros, vale

- (A) 4 000.
- (B) 4 500.
- (C) 5 000.
- (D) 5 500.
- (E) 6 000.

Resolução:

$$A = B + 10000 \quad (I)$$

$$\text{Transferidos: } A - 2000 = 2.B, \text{ ou seja, } A = 2.B + 2000 \quad (II)$$

Substituindo a equação (II) na equação (I), temos:

$$2.B + 2000 = B + 10000$$

$$2.B - B = 10000 - 2000$$

$$B = 8000 \text{ litros (no início)}$$

$$\text{Assim, } A = 8000 + 10000 = 18000 \text{ litros (no início)}$$

Portanto, após a transferência, fica:

$$A' = 18000 - 2000 = 16000 \text{ litros}$$

$$B' = 8000 + 2000 = 10000 \text{ litros}$$

$$\text{Por fim, a diferença é de: } 16000 - 10000 = 6000 \text{ litros}$$

Resposta: E.

02. (EBSERH/ HUSM/UFMS/RS – Analista Administrativo – AOC) Uma revista perdeu $\frac{1}{5}$ dos seus 200.000 leitores.

Quantos leitores essa revista perdeu?

- (A) 40.000.
- (B) 50.000.
- (C) 75.000.

(D) 95.000.

(E) 100.000.

Resolução:

Observe que os 200.000 leitores representa o todo, daí devemos encontrar $\frac{1}{5}$ desses leitores, ou seja, encontrar $\frac{1}{5}$ de 200.000.

$$\frac{1}{5} \times 200.000 = \frac{1 \times 200.000}{5} = \frac{200.000}{5} = 40.000$$

Desta forma, 40000 representa a quantidade que essa revista perdeu

Resposta: A.

03. (PM/SP – Oficial Administrativo – VUNESP) Uma pessoa está montando um quebra-cabeça que possui, no total, 512 peças. No 1.º dia foram montados $\frac{5}{16}$ do número total de peças e, no 2.º dia foram montados $\frac{3}{8}$ do número de peças restantes. O número de peças que ainda precisam ser montadas para finalizar o quebra-cabeça é:

- (A) 190.
- (B) 200.
- (C) 210.
- (D) 220.
- (E) 230.

Resolução:

Neste exercício temos que 512 é o total de peças, e queremos encontrar a parte, portanto é a mesma forma de resolução do exercício anterior:

No 1.º dia foram montados $\frac{5}{16}$ do número total de peças Logo é $\frac{5}{16}$ de 512, ou seja:

$$\frac{5}{16} \times 512 = \frac{5 \times 512}{16} = \frac{2560}{16} = 160$$

Assim, 160 representa a quantidade de peças que foram montadas no primeiro dia. Para o segundo dia teremos $512 - 160 = 352$ peças restantes, então devemos encontrar $\frac{3}{8}$ de 352, que foi a quantidade montada no segundo dia.

$$\frac{3}{8} \times 352 = \frac{3 \times 352}{8} = \frac{1056}{8} = 132$$

Logo, para encontrar quantas peças ainda precisam ser montadas iremos fazer a subtração $352 - 132 = 220$.

Resposta: D.

04. (Prof. Maranguape/CE – Prof. de educação básica – Matemática – GR Consultoria e Assessoria) João gastou R\$ 23,00, equivalente a terça parte de $\frac{3}{5}$ de sua mesada. Desse modo, a metade do valor da mesada de João é igual a:

- (A) R\$ 57,50;
- (B) R\$ 115,00;
- (C) R\$ 172,50;
- (D) R\$ 68,50.

Resolução:

Vamos representar a mesada pela letra x .

Como ele gastou a terça parte (que seria $\frac{1}{3}$) de $\frac{3}{5}$ da mesada (que equivale a 23,00), podemos escrever da seguinte maneira:

$$\frac{1}{3} \cdot \frac{3}{5} x = \frac{x}{5} = 23 \rightarrow x = 23 \cdot 5 \rightarrow x = 115$$

Logo, a metade de 115 = $115/2 = 57,50$

Resposta: A.

05. (FINEP – Assistente – CESGRANRIO) Certa praça tem 720 m² de área. Nessa praça será construído um chafariz que ocupará 600 dm².

Que fração da área da praça será ocupada pelo chafariz?

- (A) $\frac{1}{600}$
- (B) $\frac{1}{120}$
- (C) $\frac{1}{90}$
- (D) $\frac{1}{60}$
- (E) $\frac{1}{12}$

Resolução:

$600 \text{ dm}^2 = 6 \text{ m}^2$

$$\frac{6}{720} : \frac{6}{6} = \frac{1}{120}$$

Resposta: B.

MÍNIMO MÚLTIPLO COMUM

O mínimo múltiplo comum (MMC) de dois ou mais números é o menor número, diferente de zero, que é múltiplo comum desses números. Esse conceito é útil em situações onde queremos encontrar a menor quantidade comum possível que possa ser dividida por ambos os números sem deixar restos.

Passos para Calcular o MMC:

- Decompor os números em fatores primos.
- Multiplicar os fatores comuns e não comuns, utilizando o maior expoente de cada fator.

Exemplo 1: Calcule o MMC entre 15 e 24.

Primeiro realizamos a decomposição em fatores primos

15 , 24	2
15 , 12	2
15 , 6	2
15 , 3	3
5 , 1	5
1	

Para o mmc, fica mais fácil decompor os dois números juntos, iniciando a divisão pelo menor número primo e aplicando-o aos dois números, mesmo que apenas um seja divisível por ele. Observe que enquanto o 15 não pode ser dividido, continua aparecendo.

Os fatores primos são: 2³, 3 e 5.

Portanto, o MMC(15,24) = 2³ . 3 . 5 = 8 . 3 . 5 = 120

Exemplo 2: Calcule o MMC entre 6, 8 e 14.

Primeiro realizamos a decomposição em fatores primos

6 , 8 , 14	2
3 , 4 , 7	2
3 , 2 , 7	2
3 , 1 , 7	3
1 , 1 , 7	7
1	

Os fatores primos são: 2³, 3 e 7.

Portanto, o MMC(6, 8, 14) = 2³ . 3 . 7 = 8 . 3 . 7 = 168

Exemplo 3: VUNESP - 2016

No aeroporto de uma pequena cidade chegam aviões de três companhias aéreas. Os aviões da companhia A chegam a cada 20 minutos, da companhia B a cada 30 minutos e da companhia C a cada 44 minutos. Em um domingo, às 7 horas, chegaram aviões das três companhias ao mesmo tempo, situação que voltará a se repetir, nesse mesmo dia, às

- (A) 17h 30min.
- (B) 16h 30min.
- (C) 17 horas.
- (D) 18 horas.
- (E) 18h 30min.

Para encontrar o próximo momento em que os aviões das três companhias voltarão a chegar juntos, precisamos calcular o mínimo múltiplo comum dos intervalos de chegada: 20, 30 e 44 minutos.

20 , 30 , 44	2
10 , 15 , 22	2
5 , 15 , 11	3
5 , 5 , 11	5
1 , 1 , 11	11
1	

Os fatores primos são: 2², 3, 5 e 11.

Portanto, o MMC(20,30,44) = 2² . 3 . 5 . 11 = 660

Encontramos a resposta em minutos: 660 minutos. No entanto, como queremos saber o horário exato em que os aviões voltarão a se encontrar, precisamos converter esse valor para horas. Sabemos que 1 hora equivale a 60 minutos. Então

$$660 / 60 = 11 \text{ horas}$$

Os aviões das três companhias voltarão a chegar juntos após 11 horas. Como o primeiro encontro ocorreu às 7 horas, basta somar 11 horas para encontrar o próximo horário de chegada conjunta:

$$11 + 7 = 18 \text{ horas}$$

Resposta: Alternativa D.

RAZÃO E PROPORÇÃO

Frequentemente nos deparamos com situações em que é necessário comparar grandezas, medir variações e entender como determinadas quantidades se relacionam entre si. Para isso, utilizamos os conceitos de razão e proporção, que permitem expressar de maneira simples e eficiente essas relações.

RAZÃO

A razão é uma maneira de comparar duas grandezas por meio de uma divisão. Se temos dois números a e b (com b ≠ 0), a razão entre eles é expressa por a/b ou a:b. Este conceito é utilizado para medir a relação entre dois valores em diversas situações, como a comparação entre homens e mulheres em uma sala, a relação entre distâncias percorridas e tempo, entre outros.

Exemplo:

Em uma sala de aula há 20 rapazes e 25 moças. A razão entre o número de rapazes e moças é dada por:

$$\frac{20}{25} = \frac{4}{5}$$

Portanto, a razão é 4:5.

Razões Especiais

Algumas razões são usadas em situações práticas para expressar comparações específicas:

– **Velocidade Média:** A razão entre a distância percorrida e o tempo gasto, representada por:

$$\text{Velocidade Média} = \frac{\text{Distância}}{\text{Tempo}}$$

– **Densidade Demográfica:** A razão entre o número de habitantes e a área de uma região, dada por:

$$\text{Densidade Demográfica} = \frac{\text{População}}{\text{Área (km}^2\text{)}}$$

– **Escala:** Usada para representar a proporção entre o tamanho real de um objeto e sua representação em um mapa ou desenho, como:

$$\text{Escala} = \frac{\text{Tamanho no mapa}}{\text{Tamanho real}}$$

PROPORÇÃO

Uma proporção é uma igualdade entre duas razões. Se temos duas razões A/B e C/D, dizemos que elas estão em proporção se:

$$\frac{A}{B} = \frac{C}{D}$$

Esse conceito é frequentemente utilizado para resolver problemas em que duas ou mais relações entre grandezas são iguais. A propriedade fundamental das proporções é que o produto dos extremos é igual ao produto dos meios, ou seja:

$$A \times D = B \times C$$

Exemplo:

Suponha que 3/4 esteja em proporção com 6/8. Verificamos se há proporção pelo produto dos extremos e dos meios:

$$3 \times 8 = 4 \times 6$$

Como 24 = 24, a proporção é verdadeira.

Exemplo:

Determine o valor de X para que a razão X/3 esteja em proporção com 4/6. Montando a proporção:

$$\frac{X}{3} = \frac{4}{6}$$

Multiplicando os extremos e os meios:

$$6X = 3 \times 4$$

$$6X = 12$$

$$X = 2$$

Propriedades das Proporções

Além da propriedade fundamental, as proporções possuem outras propriedades que podem facilitar a resolução de problemas. Algumas das mais importantes são:

– **Soma ou diferença dos termos:** A soma (ou diferença) dos dois primeiros termos está para o primeiro (ou segundo) termo assim como a soma (ou diferença) dos dois últimos termos está para o terceiro (ou quarto) termo. Por exemplo:

$$\frac{A + B}{B} = \frac{C + D}{D}$$

– **Soma ou diferença dos antecedentes e consequentes:** A soma (ou diferença) dos antecedentes está para a soma (ou diferença) dos consequentes, assim como cada antecedente está para seu respectivo consequente:

$$\frac{A + C}{B + D} = \frac{A}{B}$$

GRANDEZAS PROPORCIONAIS

Além de compreender razão e proporção, é importante entender como diferentes grandezas se relacionam entre si, conforme o comportamento das variáveis envolvidas.

Grandezas Diretamente Proporcionais

Duas grandezas são diretamente proporcionais quando a razão entre seus valores é constante, ou seja, quando uma grandeza aumenta, a outra também aumenta proporcionalmente. O exemplo clássico é a relação entre distância percorrida e combustível gasto:

Distância (km)	Combustível (litros)
13	1
26	2
39	3
52	4

Nessa situação, quanto mais distância se percorre, mais combustível é gasto. Se a distância dobra, o combustível também dobra.

Decomposição em Partes Diretamente Proporcionais

Quando queremos decompor um número M em partes X_1, X_2, \dots, X_n que sejam diretamente proporcionais a p_1, p_2, \dots, p_n , a regra geral é distribuir M de acordo com as proporções p_1, p_2, \dots, p_n . A fórmula geral para cada parte X_i é:

$$X_i = \frac{p_i}{\sum_{i=1}^n p_i} \times M$$

Exemplo:

Considere que uma empresa precisa distribuir um bônus de R\$1.200,00 entre três funcionários, Ana, Bruno e Carla. Os salários mensais de cada um são R\$2.000,00, R\$3.000,00 e R\$5.000,00, respectivamente. O bônus será distribuído de forma diretamente proporcional aos salários.

Primeiro, somamos os salários:

$$2.000 + 3.000 + 5.000 = 10.000$$

Agora, calculamos as partes correspondentes de cada um:

Parte de Ana:

$$X_1 = \frac{2.000}{10.000} \times 1.200 = 0,2 \times 1.200 = 240$$

Parte de Bruno:

$$X_2 = \frac{3.000}{10.000} \times 1.200 = 0,3 \times 1.200 = 360$$

Parte de Carla:

$$X_3 = \frac{5.000}{10.000} \times 1.200 = 0,5 \times 1.200 = 600$$

Portanto, Ana receberá R\$240,00, Bruno R\$360,00 e Carla R\$600,00.

Grandezas Inversamente Proporcionais

Duas grandezas são inversamente proporcionais quando a razão entre os valores da primeira grandeza é igual ao inverso da razão dos valores correspondentes da segunda. Um exemplo clássico é a relação entre velocidade e tempo:

Velocidade (m/s)	Tempo (s)
5	200
8	125
10	100
16	62,5
20	50

Aqui, quanto maior a velocidade, menor o tempo necessário para percorrer uma distância. Se a velocidade dobra, o tempo cai pela metade.

Decomposição em Partes Inversamente Proporcionais

Para decompor um número M em partes X_1, X_2, \dots, X_n inversamente proporcionais a p_1, p_2, \dots, p_n , usamos o inverso das proporções. A ideia é que as partes maiores X_i corresponderão aos menores p_i , e vice-versa.

A fórmula para a decomposição inversamente proporcional é:

$$X_i = \frac{\frac{1}{p_i}}{\sum_{i=1}^n \frac{1}{p_i}} \times M$$

Exemplo:

Suponha que três operários estão trabalhando em uma obra e precisam dividir igualmente uma tarefa que envolve 120 horas de trabalho. A produtividade de cada operário (medida em horas para realizar a mesma tarefa) é de 12 horas, 24 horas e 36 horas, respectivamente. Desejamos dividir as horas de trabalho de forma inversamente proporcional à produtividade, ou seja, quem tem maior produtividade trabalhará menos horas.

Primeiro, calculamos os inversos das produtividades:

$$\frac{1}{12}, \frac{1}{24}, \frac{1}{36}$$

Somamos esses inversos:

$$\frac{1}{12} + \frac{1}{24} + \frac{1}{36} = \frac{6}{72} + \frac{3}{72} + \frac{2}{72} = \frac{11}{72}$$

Agora, calculamos as partes correspondentes para cada operário:

LEGISLAÇÃO

REGIMENTO ESCOLAR COMUM DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE TREMEMBÉ

O Regimento Escolar é um dos documentos mais importantes dentro de uma instituição de ensino. Ele define as normas de funcionamento da escola e orienta a organização administrativa, pedagógica e disciplinar. Além disso, garante que a escola funcione de maneira estruturada, respeitando os princípios legais e pedagógicos estabelecidos na legislação vigente.

► **Garantia dos direitos e deveres**

O Regimento Escolar tem um papel fundamental na definição dos direitos e deveres de todos os membros da comunidade escolar. Ele estabelece normas claras para o funcionamento da instituição, garantindo transparência e segurança para alunos, professores, gestores e famílias.

Igualdade de acesso e permanência na escola:

A Constituição Federal assegura o direito à educação para todos, e o Regimento Escolar reforça esse princípio ao estabelecer regras que garantem a igualdade de oportunidades dentro da escola. Isso significa que nenhuma criança ou adolescente pode ser discriminado ou impedido de acessar o ensino por questões socioeconômicas, culturais ou religiosas.

Além disso, o documento regula aspectos como matrículas, transferências e critérios de permanência na escola, assegurando que todos os alunos tenham condições de continuar seus estudos até a conclusão da etapa de ensino.

Definição de direitos e deveres dos estudantes:

O Regimento Escolar detalha os direitos dos alunos, como o acesso a um ensino de qualidade, participação em atividades pedagógicas e culturais e respeito à sua individualidade.

Ao mesmo tempo, também estabelece os deveres, como a frequência às aulas, o respeito aos professores e colegas e a participação ativa no processo de aprendizagem. Essas regras ajudam a criar um ambiente escolar mais organizado e produtivo.

Definição de direitos e deveres dos professores e equipe gestora:

Assim como os alunos, os professores e gestores também têm seus direitos e deveres regulamentados no Regimento Escolar. Entre os direitos, estão condições adequadas de trabalho, respeito e autonomia pedagógica.

Já os deveres incluem o compromisso com a qualidade do ensino, a ética profissional e a responsabilidade no cumprimento das diretrizes educacionais da escola. Dessa forma, o Regimento assegura um equilíbrio nas relações dentro da instituição.

► **Organização e gestão da escola**

O Regimento Escolar é essencial para a estruturação administrativa e pedagógica da escola. Ele define como a instituição será gerida, quais são as responsabilidades de cada setor e como se dará o funcionamento cotidiano.

Estrutura administrativa:

O documento detalha a composição da equipe gestora, incluindo diretores, coordenadores pedagógicos e outros profissionais. Também determina a forma de tomada de decisões e os processos internos da escola.

Uma estrutura administrativa bem definida evita conflitos internos, facilita a comunicação entre os setores e garante o cumprimento das metas educacionais.

Organização pedagógica:

O Regimento Escolar estabelece as diretrizes pedagógicas da instituição, orientando a elaboração dos planos de ensino, a aplicação de metodologias e a avaliação do desempenho dos alunos. Ele deve estar alinhado com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, garantindo que as práticas educativas sigam uma proposta coerente e eficaz.

Além disso, define aspectos como calendário escolar, carga horária mínima, critérios de recuperação e progressão dos alunos.

Planejamento e execução das atividades escolares:

Com base no Regimento, a escola pode planejar melhor suas atividades, desde o funcionamento das aulas até projetos extracurriculares e eventos escolares. Isso contribui para um ambiente mais organizado e estimulante para a aprendizagem.

► **Segurança jurídica e normatização**

O Regimento Escolar também tem um papel jurídico fundamental. Ele assegura que todas as ações dentro da escola estejam de acordo com a legislação vigente e serve como referência para a resolução de conflitos.

Prevenção e mediação de conflitos:

Um dos benefícios do Regimento Escolar é a clareza nas normas de convivência, o que reduz a ocorrência de conflitos. Quando há regras bem estabelecidas e conhecidas por todos, há menos espaço para mal-entendidos e interpretações subjetivas.

Se um problema surgir, o Regimento serve como referência para a solução. Ele orienta os procedimentos a serem seguidos em casos de indisciplina, desentendimentos entre alunos, reclamações de pais e até mesmo questões trabalhistas dentro da escola.

Cumprimento das leis educacionais:

Toda escola deve seguir a legislação educacional vigente, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e normas estaduais e municipais. O Regimento Escolar deve estar alinhado com essas leis, garantindo que a escola cumpra todas as exigências legais.

Isso evita problemas jurídicos para a instituição e assegura que os direitos de todos os envolvidos no processo educativo sejam respeitados.

Padronização e transparência:

Um Regimento Escolar bem estruturado proporciona transparência na gestão escolar. Ele estabelece critérios objetivos para a tomada de decisões, evitando arbitrariedades e garantindo que todos os processos sejam conduzidos de forma justa e imparcial.

A importância do Regimento Escolar está na sua capacidade de organizar e regulamentar o funcionamento da escola. Ele assegura direitos, define deveres, orienta a gestão e fortalece a segurança jurídica da instituição.

Além disso, contribui para um ambiente escolar mais equilibrado e estruturado, onde alunos, professores, gestores e famílias sabem exatamente quais são as regras e como elas devem ser aplicadas.

Por isso, é essencial que o Regimento Escolar seja elaborado com a participação de toda a comunidade escolar e atualizado periodicamente para se adequar às novas demandas da educação.

— Princípios Norteadores Do Regimento Escolar

O Regimento Escolar deve ser elaborado com base em princípios fundamentais que garantem a qualidade da educação e o pleno funcionamento da escola. Esses princípios são determinados pela Constituição Federal, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e por outras normativas educacionais. Eles garantem que o documento esteja alinhado com os direitos dos alunos e as diretrizes pedagógicas que regem o sistema educacional brasileiro.

► Princípios estabelecidos pela Constituição Federal

A Constituição Federal de 1988 estabelece um conjunto de princípios que devem orientar a educação no Brasil. Esses princípios garantem a universalização do ensino, a qualidade educacional e a participação democrática na gestão das escolas. O Regimento Escolar deve ser estruturado levando esses princípios em consideração para assegurar a conformidade legal e a eficiência na sua aplicação.

Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola:

A educação deve ser acessível a todos, independentemente de classe social, etnia, gênero ou qualquer outra condição. O Regimento Escolar deve conter normas que assegurem a não discriminação e promovam a equidade no acesso e na permanência dos estudantes na escola.

Isso significa que a escola deve oferecer suporte adequado para garantir que os alunos permaneçam matriculados e concluam seus estudos com qualidade. Medidas como atendimento a alunos com deficiência, programas de apoio pedagógico e combate à evasão escolar devem estar previstas no Regimento.

Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o conhecimento:

A educação deve ser um espaço de troca de conhecimento e desenvolvimento do pensamento crítico. O Regimento Escolar deve garantir que tanto professores quanto alunos tenham liberdade para ensinar e aprender de forma autônoma, respeitando as diretrizes pedagógicas da escola e a legislação vigente.

Esse princípio também assegura que a pesquisa e a divulgação do saber sejam incentivadas dentro da instituição, estimulando a produção acadêmica e o desenvolvimento intelectual dos estudantes.

Pluralismo de ideias e concepções pedagógicas:

A escola deve respeitar diferentes concepções de ensino e aprendizagem. O Regimento Escolar precisa garantir que a educação oferecida na instituição seja baseada em princípios democráticos, permitindo que diferentes metodologias e abordagens pedagógicas sejam adotadas, desde que respeitem as diretrizes educacionais.

Esse princípio fortalece o respeito à diversidade cultural e ideológica, permitindo que a escola seja um espaço de diálogo e construção do conhecimento coletivo.

Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais:

No caso das escolas públicas, a gratuidade da educação é um direito garantido pela Constituição. O Regimento Escolar deve reforçar esse princípio, assegurando que nenhum aluno seja privado do acesso à escola por questões financeiras.

Isso inclui a garantia de materiais didáticos, alimentação escolar e transporte para aqueles que necessitam, sempre que possível, para promover a igualdade de oportunidades entre os estudantes.

Gestão democrática do ensino público:

A participação da comunidade escolar na administração da escola é um dos pilares da educação pública. O Regimento Escolar deve prever mecanismos de gestão democrática, como a participação dos pais, alunos e professores em conselhos escolares e na tomada de decisões sobre a condução do ensino.

Isso garante que a escola seja gerida de forma transparente e que as necessidades da comunidade sejam consideradas na elaboração das políticas educacionais da instituição.

Garantia de padrão de qualidade:

O Regimento Escolar deve estabelecer normas que assegurem um ensino de qualidade, garantindo que a escola cumpra seu papel na formação dos estudantes. Isso envolve a definição de critérios para a seleção de professores, a aplicação de avaliações e a implementação de metodologias eficazes de ensino e aprendizagem.

Além disso, o documento deve prever ações para monitorar e melhorar continuamente os processos educacionais, garantindo que os alunos tenham um aprendizado significativo e adequado às exigências do mundo contemporâneo.

► **Aplicabilidade dos princípios às escolas particulares**

Embora muitos dos princípios mencionados sejam voltados para as escolas públicas, eles também devem servir como base para a organização e funcionamento das escolas privadas.

Adaptação dos princípios às necessidades específicas das escolas privadas:

As escolas particulares têm autonomia para definir suas próprias diretrizes pedagógicas e administrativas, mas devem respeitar os princípios estabelecidos pela legislação educacional. O Regimento Escolar dessas instituições deve garantir a transparência das regras de funcionamento, bem como os direitos e deveres de alunos, professores e gestores.

Mesmo em escolas privadas, é fundamental que haja equidade no acesso à educação, liberdade de ensino e respeito à pluralidade de ideias. Além disso, essas instituições também devem assegurar um padrão de qualidade educacional e oferecer um ambiente de aprendizagem seguro e organizado.

Cumprimento da legislação educacional:

Todas as escolas, sejam públicas ou privadas, devem seguir as normas estabelecidas pela LDB e demais regulamentos educacionais. O Regimento Escolar deve estar alinhado com essas diretrizes para garantir que a instituição funcione dentro da legalidade.

Isso inclui regras sobre a formação dos professores, carga horária mínima, currículo escolar e direitos dos alunos, assegurando que a escola cumpra suas obrigações educacionais de forma eficiente e justa.

Os princípios norteadores do Regimento Escolar são essenciais para garantir a qualidade e a organização do ensino. Eles asseguram que a escola funcione de forma estruturada, respeitando os direitos dos alunos e promovendo um ambiente educacional democrático e inclusivo.

Independentemente de ser uma escola pública ou privada, o Regimento Escolar deve estar alinhado com os princípios constitucionais e a legislação educacional vigente. Dessa forma, ele se torna um instrumento eficaz para garantir que a educação cumpra seu papel de formar cidadãos críticos, preparados para os desafios da sociedade.

— **Aplicabilidade Do Regimento Escolar Na Prática**

O Regimento Escolar não deve ser apenas um documento formal arquivado na secretaria da escola. Ele precisa ser um instrumento vivo e aplicado no dia a dia da instituição, orientando as ações da equipe gestora, professores, alunos e demais membros da comunidade escolar. Sua eficácia está na capacidade de organizar o funcionamento da escola, resolver conflitos e garantir que as atividades pedagógicas e administrativas sigam um padrão de qualidade.

► **Uso do Regimento Escolar no dia a dia da escola**

O Regimento Escolar deve ser utilizado como referência em todas as situações que envolvem a organização escolar, desde a gestão até a rotina de sala de aula. Quando aplicado corretamente, ele garante que todos os processos ocorram de maneira justa, transparente e alinhada com a legislação educacional vigente.

Organização administrativa e pedagógica:

A administração da escola precisa ter o Regimento Escolar como guia para a tomada de decisões e a estruturação dos processos internos. Algumas áreas onde o documento é aplicado incluem:

- Definição das atribuições dos cargos da equipe gestora e do corpo docente
- Planejamento e execução do calendário escolar
- Critérios para avaliação, recuperação e progressão dos alunos
- Regras para a admissão, matrícula e transferência de estudantes
- Normas para a participação em eventos e atividades extracurriculares

Ao seguir as diretrizes do Regimento Escolar, a escola consegue manter um funcionamento eficiente, evitando improvisações e garantindo que todos os membros da comunidade conheçam suas responsabilidades.

Aplicação na sala de aula:

Dentro da sala de aula, o Regimento Escolar orienta a conduta dos alunos e professores, garantindo um ambiente propício para o aprendizado. Ele deve ser utilizado para esclarecer questões como:

- Direitos e deveres dos estudantes no ambiente escolar
- Critérios de avaliação e recuperação de notas
- Uso de materiais didáticos e tecnológicos durante as aulas
- Normas de disciplina e comportamento em sala
- Procedimentos para lidar com casos de desrespeito ou indisciplina

Os professores devem estar bem informados sobre o Regimento Escolar e utilizá-lo como referência ao lidar com situações do cotidiano escolar, garantindo que suas ações estejam sempre dentro das diretrizes estabelecidas.

► **Instrumento para resolução de conflitos**

O Regimento Escolar tem um papel fundamental na mediação de conflitos dentro da escola. Ele estabelece normas de conduta e procedimentos disciplinares que ajudam a resolver desentendimentos de maneira justa e eficaz.

Conflitos entre alunos:

Brigas, bullying e desentendimentos são situações comuns no ambiente escolar e precisam ser tratadas com base nas diretrizes do Regimento Escolar. O documento deve prever medidas como:

- Mediação entre os envolvidos para resolver o problema de forma pacífica
- Aplicação de advertências e orientações pedagógicas antes de punições mais severas
- Regras claras sobre o que caracteriza comportamento inadequado e suas consequências
- Procedimentos para comunicação com os responsáveis dos alunos envolvidos

A aplicação dessas normas garante que as situações sejam resolvidas de maneira justa, evitando arbitrariedades ou punições exageradas.

Conflitos entre alunos e professores:

Casos de desrespeito entre alunos e professores também devem ser tratados com base no Regimento Escolar. O documento precisa estabelecer:

- Direitos e deveres dos professores e alunos dentro da sala de aula
- Procedimentos para relatar casos de desrespeito ou insubordinação
- Medidas para garantir a autoridade do professor sem comprometer o direito de defesa do aluno
- Ações preventivas, como programas de conscientização sobre respeito mútuo

Dessa forma, a escola consegue lidar com essas situações de forma equilibrada, preservando a qualidade do ensino e o bom relacionamento entre professores e estudantes.

Conflitos entre funcionários e gestão:

O Regimento Escolar também deve prever normas para a resolução de desentendimentos entre funcionários e a equipe gestora. Essas diretrizes devem abordar:

- Direitos e deveres dos profissionais da educação
- Procedimentos para apresentação de reclamações ou reivindicações
- Critérios para avaliação de desempenho e feedback profissional
- Mecanismos de diálogo e participação dos funcionários na gestão escolar

Quando aplicado corretamente, o Regimento Escolar ajuda a criar um ambiente de trabalho mais harmonioso e colaborativo dentro da instituição.

► **Relação entre o Regimento Escolar e o Projeto Político-Pedagógico (PPP)**

O Regimento Escolar e o Projeto Político-Pedagógico (PPP) são dois documentos fundamentais para a organização da escola. Enquanto o Regimento Escolar define as regras de funcionamento, o PPP estabelece a identidade pedagógica da instituição, determinando seus objetivos educacionais e metodologias de ensino.

Alinhamento entre os dois documentos:

Para garantir a coerência entre a organização administrativa e a proposta pedagógica da escola, o Regimento Escolar deve estar alinhado ao PPP. Isso significa que todas as normas e diretrizes devem ser construídas com base nos princípios educacionais definidos no Projeto Político-Pedagógico.

Exemplo de integração entre o Regimento Escolar e o PPP:

Se o PPP de uma escola estabelece que a instituição adota uma abordagem inclusiva e democrática no ensino, o Regimento Escolar deve conter normas que garantam:

- Mecanismos de participação dos alunos e familiares na gestão escolar
- Diretrizes para a inclusão de alunos com deficiência ou dificuldades de aprendizagem
- Critérios para avaliação e recuperação baseados em metodologias que respeitem o ritmo de aprendizagem de cada estudante

Essa integração garante que o Regimento Escolar não seja apenas um conjunto de regras burocráticas, mas sim um instrumento que fortalece a proposta educacional da escola.

► **Divulgação e conscientização sobre o Regimento Escolar**

Para que o Regimento Escolar seja efetivamente aplicado, é essencial que todos os membros da comunidade escolar tenham acesso a ele e compreendam suas normas.

Estratégias para a divulgação do documento:

A escola deve adotar estratégias para garantir que o Regimento Escolar seja conhecido por todos, como:

- Entrega do documento a novos alunos e funcionários no momento da matrícula ou contratação
- Disponibilização do Regimento em locais de fácil acesso, como o site da escola e murais informativos
- Realização de palestras e reuniões para explicar suas principais normas
- Atividades pedagógicas voltadas para o entendimento das regras escolares

Treinamento e capacitação dos profissionais:

Além de divulgar o Regimento Escolar, é fundamental capacitar a equipe escolar para aplicá-lo corretamente. Isso pode ser feito por meio de:

- Formação continuada para professores e funcionários sobre a importância do Regimento
- Simulações de casos práticos para treinamento da equipe gestora
- Discussões periódicas sobre a necessidade de ajustes e melhorias no documento

A aplicabilidade do Regimento Escolar na prática é essencial para garantir o funcionamento eficiente da escola e a qualidade do ensino. Quando utilizado corretamente, ele se torna um guia para a organização administrativa, a resolução de conflitos e a definição dos direitos e deveres de todos os membros da comunidade escolar.

Para que isso aconteça, é fundamental que o documento seja amplamente divulgado, compreendido e respeitado. Além disso, sua constante atualização e alinhamento com o Projeto Político-Pedagógico garantem que ele continue sendo um instrumento relevante para a escola, contribuindo para um ambiente educacional mais organizado, democrático e inclusivo.

Prezado(a),

A lei indicada no edital não foi disponibilizada a editora. Indicamos contato com a organizadora para ter acesso ao material e caso tenhamos uma atualização nesse sentido, a apostila será retificada!

Bons estudos!

INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

O incentivo ao desenvolvimento infantil é um processo intencional que visa proporcionar às crianças estímulos adequados para promover seu crescimento saudável em todas as áreas — física, cognitiva, emocional e social. Pais, professores, cuidadores e o ambiente em que a criança vive desempenham um papel crucial nesse processo.

A seguir, vamos explorar as formas de incentivo ao desenvolvimento infantil, destacando o papel da educação, da brincadeira, dos estímulos cognitivos, da participação da família e do trabalho dos professores e cuidadores.

O Papel da Educação na Primeira Infância

A educação na primeira infância (0-6 anos) é uma das formas mais importantes de incentivar o desenvolvimento infantil. É nessa fase que as crianças estão mais receptivas a novos aprendizados e experiências, com o cérebro apresentando uma plasticidade elevada. A oferta de uma educação de qualidade desde cedo proporciona estímulos fundamentais para o desenvolvimento cognitivo, motor, social e emocional.

No Brasil, a educação infantil está regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que garante o direito de crianças de até 5 anos a frequentar creches e pré-escolas. Esse período de escolarização não tem como objetivo a alfabetização precoce, mas o desenvolvimento integral da criança por meio de experiências educativas e sociais que a ajudem a se desenvolver de forma plena.

Exemplos de incentivos educacionais incluem:

- Atividades lúdicas que incentivam a curiosidade e o pensamento crítico.
- Dinâmicas em grupo para desenvolver habilidades sociais.
- Oportunidades de exploração do ambiente, favorecendo a aprendizagem ativa e autônoma.

A Importância do Brincar

O brincar é uma das atividades mais eficazes para incentivar o desenvolvimento infantil, sendo reconhecido como um direito pela Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU. Por meio das brincadeiras, as crianças desenvolvem não apenas habilidades motoras e cognitivas, mas também socioemocionais.

- Brincadeiras simbólicas (como fingir ser médico ou cozinheiro) ajudam a criança a explorar papéis sociais e a desenvolver empatia, além de promover a criatividade.

Auxiliar De Desenvolvimento Infantil

- Jogos de regras (como esconde-esconde ou pega-pega) estimulam o pensamento lógico, o autocontrole e a socialização, ensinando conceitos como cooperação e competição saudável.

- Brincadeiras ao ar livre favorecem o desenvolvimento motor grosso e proporcionam um ambiente onde a criança pode explorar a natureza e entender o mundo físico ao seu redor.

Brincar, portanto, é fundamental para que a criança desenvolva suas capacidades de forma espontânea e prazerosa, sempre de acordo com seu ritmo e interesses.

Estímulos Cognitivos e Ambientais

O ambiente no qual a criança cresce desempenha um papel crucial no seu desenvolvimento. Um ambiente rico em estímulos cognitivos favorece o desenvolvimento do pensamento crítico, da linguagem e da resolução de problemas. Os estímulos ambientais podem ser promovidos tanto pela interação direta com os cuidadores quanto pela exposição a materiais educativos, como livros, brinquedos e jogos.

Práticas que incentivam o desenvolvimento cognitivo incluem:

- **Leitura desde a primeira infância:** O contato com livros promove a aquisição da linguagem, amplia o vocabulário e desenvolve a imaginação. Ler em voz alta para as crianças desde cedo é um dos estímulos mais eficazes para o desenvolvimento cognitivo.

- **Exposição a diferentes experiências sensoriais:** Oportunidades de tocar, ouvir, ver e explorar diferentes objetos e ambientes ajudam a criança a construir uma compreensão mais ampla do mundo e a desenvolver conexões neurais importantes.

- **Resolução de problemas simples:** Jogos de quebra-cabeça, construção com blocos e outras atividades que envolvem a manipulação de objetos são essenciais para o desenvolvimento da capacidade de planejamento e resolução de problemas.

Um ambiente que ofereça segurança, liberdade de exploração e estímulos variados é fundamental para que a criança tenha oportunidades de aprender e crescer.

A Participação da Família no Desenvolvimento

A família tem um papel insubstituível no desenvolvimento infantil. A interação constante com os pais e responsáveis oferece à criança um ambiente emocionalmente seguro e cheio de estímulos. Desde o nascimento, a criança aprende observando e interagindo com seus cuidadores, o que influencia profundamente suas habilidades sociais, emocionais e cognitivas.

Alguns exemplos de como a família pode incentivar o desenvolvimento infantil incluem:

– **Presença afetiva e apoio emocional:** Crianças que se sentem seguras e apoiadas emocionalmente desenvolvem mais confiança para explorar o mundo e enfrentar desafios. A construção de um apego seguro é crucial para o desenvolvimento emocional saudável.

– **Participação nas atividades da criança:** Quando os pais se envolvem em brincadeiras, leituras e conversas, fortalecem o vínculo afetivo e proporcionam estímulos importantes para o desenvolvimento cognitivo e social.

– **Rotinas saudáveis:** A organização de rotinas, como horários regulares de sono e alimentação, cria uma sensação de previsibilidade e segurança que é benéfica para o desenvolvimento emocional e físico da criança.

A qualidade das interações familiares, mais do que a quantidade de tempo disponível, é o que realmente importa para promover o desenvolvimento saudável.

O Papel dos Professores e Cuidadores

Além da família, os professores e cuidadores são figuras centrais no incentivo ao desenvolvimento infantil. Eles são responsáveis por oferecer experiências de aprendizagem que estejam de acordo com o nível de desenvolvimento da criança, criando um ambiente acolhedor e estimulante.

Algumas formas de atuação dos professores e cuidadores incluem:

– **Planejamento de atividades educativas adequadas:** Profissionais da educação infantil devem planejar atividades que estejam alinhadas com as fases do desenvolvimento e que incentivem o aprendizado de forma lúdica e criativa.

– **Criação de um ambiente de aprendizado positivo:** As crianças devem se sentir seguras para expressar suas ideias e explorar suas curiosidades sem medo de julgamento ou punição. O incentivo ao diálogo e à escuta ativa é fundamental para a construção de uma autoestima saudável.

– **Observação e intervenção pedagógica:** Professores e cuidadores devem estar atentos ao desenvolvimento individual de cada criança, identificando suas necessidades específicas e intervindo quando necessário para apoiar seu progresso.

Esses profissionais têm um papel fundamental no desenvolvimento da autonomia, do senso de cooperação e da capacidade de resolver conflitos, especialmente por meio de atividades em grupo e interações sociais mediadas.

O incentivo ao desenvolvimento infantil é um processo que envolve múltiplos agentes e contextos, desde a família até a escola e o ambiente social mais amplo. Garantir que a criança tenha acesso a estímulos adequados, tanto no campo cognitivo quanto no emocional e social, é essencial para que ela desenvolva suas capacidades plenamente e se torne um adulto saudável e equilibrado. Por isso, é importante que todos os envolvidos compreendam suas responsabilidades e colaborem para criar ambientes ricos em experiências que promovam o desenvolvimento integral da criança.

CUIDADOS COM A CRIANÇA; AUXÍLIO E ORIENTAÇÃO QUANTO À ALIMENTAÇÃO DA CRIANÇA; HIGIENE DA CRIANÇA; ORIENTAÇÃO DA CRIANÇA À HIGIENE

ALIMENTAÇÃO

A alimentação tem papel fundamental em todas as etapas da vida, especialmente nos primeiros anos, que são decisivos para o crescimento, para a formação de hábitos e na manutenção da saúde. Uma alimentação adequada e saudável contribui para a saúde infantil, garantindo um crescimento e desenvolvimento em todo seu potencial. Ainda, atua prevenindo problemas como sobrepeso e obesidade infantil, uma prevalência que cresce a cada ano no Brasil, déficit de nutrientes específicos (ferro, ácido fólico, vitamina A, cálcio, etc.) e doenças crônicas relacionadas à obesidade como hipertensão arterial, diabetes, colesterol elevado, dentre outros¹.

A promoção da alimentação saudável é crucial durante a infância, pois ocorre quando os hábitos alimentares estão sendo formados, proporcionando a aprendizagem de hábitos alimentares saudáveis e possibilitando que estes se perpetuem ao longo da vida, tornando-os adultos mais saudáveis. Estimula ainda o prazer, valoriza a cultura alimentar e promove a saúde. Além disso, uma alimentação saudável e adequada também é um direito e, por isso, deve ser promovida de forma a favorecer a saúde de todos os indivíduos. Assim, a creche tem um papel determinante na promoção da alimentação adequada e saudável em cada fase do crescimento da criança, na perspectiva de garantir seu desenvolvimento pleno.

É importante lembrar que alimentar uma criança é bem mais do que nutrir e fornecer energia para o crescimento. É uma atitude de cuidado, que envolve o afeto, o prazer e a socialização, aspectos que contribuem para a formação de hábitos alimentares saudáveis. É ainda, permeada por mensagens como olhares, gestos, comentários e rituais, que são fundamentais na relação da criança com o alimento, tornando-se um momento rico de oportunidades de aprendizagem.

► Incentivo ao Aleitamento Materno

O leite materno é o único alimento que contém anticorpos e outras substâncias que protegem a criança de infecções comuns enquanto ela estiver sendo amamentada, como diarreias, infecções respiratórias, infecções de ouvidos, e outras. A Organização Mundial da Saúde e o Ministério da Saúde recomendam que o aleitamento materno deve ser praticado até os 2 anos de vida ou mais e ser exclusivo até os 6 meses de idade.

A continuidade do aleitamento materno deve ser incentivada, mesmo que a criança já tenha iniciado a alimentação complementar. Caso a mãe deseje e tenha disponibilidade para ir até a creche ela pode amamentar no período em que sua criança estiver na unidade.

1 MANUAL DE CRECHES – Guia de orientações aos Gestores das Creches Municipais e Conveniadas a respeito de Procedimentos Administrativos e Propostas Pedagógicas. Educação Infantil 2020.

► **Alimentação Complementar**

A partir dos 6 meses, além do leite materno, outros alimentos devem ser incluídos na alimentação da criança. Entender os sinais de maturidade do bebê para introdução de alimentos sólidos é fundamental para uma alimentação complementar com sucesso.

Ao completar seis meses de vida, grande parte dos lactentes saudáveis já apresentam a capacidade para sentar sem apoio, sustentar a cabeça e o tronco, segurar objetos com as mãos, e explorar estímulos ambientais. Outras aquisições são o desenvolvimento oral, a diminuição ou desaparecimento do reflexo de protrusão (movimento projetando a língua para fora), e o aparecimento dos movimentos voluntários e independentes da língua, fazendo com que o alimento role na boca e a criança o mastigue.

No começo da alimentação complementar, tudo é novidade para a criança. Nessa fase, a criança está aprendendo a mastigar e pode ainda apresentar o reflexo de protrusão (projetando a língua para fora), o que pode dar a falsa impressão de que a criança não gostou do alimento. Por isso, cada novo alimento deve ser oferecido várias vezes e em dias diferentes para estimular o seu paladar.

► **Consistência dos alimentos**

Conforme o Guia alimentar do Ministério da Saúde, para crianças a partir dos 6 meses todos os grupos de alimentos podem ser oferecidos. Assim, pode-se oferecer um alimento novo de cada vez e observar a tolerância e possíveis reações alérgicas.

Os alimentos precisam ser bem cozidos e amassados com o garfo, mesmo ainda não tendo dentes, a gengiva está endurecida pelo crescimento deles e, com isso, a criança já consegue fazer o trituração dos alimentos. Inicialmente, a consistência deve ser pastosa e depois evoluída, gradativamente.

Por volta dos 8 meses, evoluir para alimentos bem picados em pedaços pequenos, desfiados e/ou levemente amassados para que a criança aprenda a mastigar, até que ela consiga comer na mesma consistência da família a partir dos 12 meses, aproximadamente. Ressalta-se que a evolução é individual e cada criança precisará de um tempo para que ocorram as progressões na alimentação.

Não se deve oferecer preparações líquidas e ou liquidificadas, nem utilizar mixer ou peneira, pois a criança poderá apresentar dificuldades em aceitar alimentos sólidos no futuro, podendo apresentar engasgos e ânsia de vômito. Além disso, alimentos líquidos como sopas, sucos e caldos, por conterem mais água, fornecem menos energia e nutrientes do que é necessário para uma boa alimentação.

► **Cardápios**

Os cardápios da alimentação escolar devem ser elaborados por uma equipe de nutricionistas, tomando por base as recomendações do Programa Nacional de Alimentação Escolar, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e do Ministério da Saúde.

Os cardápios da creche são divididos conforme a faixa etária do aluno e em diferentes consistências e quantidades a serem oferecidas diariamente.

► **Como as refeições devem ser oferecidas?**

No Berçário I a maioria dos bebês utiliza mamadeira. Ela deverá ser oferecida de acordo com a necessidade de cada criança, considerando as orientações a seguir.

Para os bebês que ainda não se sentam, a mamadeira deve ser oferecida no colo do adulto, estando o bebê em posição o mais sentado possível, com a cabeça firme e o pescoço alinhado ao corpo, não devendo ficar torcido. Deve-se manter com ele o contato visual, conversando e fortalecendo, assim, o vínculo afetivo. Este ato de dar a mamadeira no colo também é importante para que, em caso de engasgamento, o adulto possa fazer as manobras específicas para salvamento.

Não é recomendado que os bebês se alimentem por mamadeira deitados, mesmo aqueles que já seguram e levam à boca o utensílio. Eles devem estar sentados ou inclinados. Os adultos deverão observar e manter proximidade, interagindo com os bebês enquanto mamam.

Os bebês que já andam podem receber as mamadeiras e apoiar-se em almofadas para consumi-las com a cabeça elevada. O ato de mamar é algo único e importante para o bebê. Caso seja necessário o adulto da creche deverá pegá-lo no colo para lhe dar a mamadeira em situação de afeto e aconchego.

Mamadeiras e bicos devem ser higienizados seguindo procedimentos apropriados, de acordo com as orientações do Manual de Boas Práticas da Alimentação Escolar da cozinha da creche, usando escovas apropriadas, sendo imersos e fervidos em água por 5 minutos, secando naturalmente e armazenando separadamente em caixas plásticas com tampa.

Após 1 ano de idade, caso o bebê esteja na sala do Berçário II, os educadores e as famílias deverão ir adaptando, no período de 3 meses, a passagem da mamadeira para o copo de transição (com bico) e alimentação em consistência como a da família. Se necessário, o cardápio pode ser adaptado conforme as orientações legais.

Para as crianças do Berçário II, deve-se oferecer, nos primeiros meses do ano, leite ou líquidos preferencialmente no copo de transição (com bico), a fim de que o bebê gradativamente se acostume com eles, usando-os como substitutos da mamadeira e futuramente passe a utilizar a caneca.

As equipes das creches devem planejar condições para que os bebês do Berçário II possam, gradativamente, realizar as refeições no refeitório, avaliando o espaço disponível, planejando o revezamento de turmas, privilegiando o uso de cadeiras seguras e outras questões específicas de cada Unidade Escolar, visando à segurança e a alimentação adequada.

A convivência em um espaço coletivo no momento da alimentação, e outras mudanças nos hábitos alimentares dos bebês e crianças bem pequenas, na creche, devem ser sentidos e observados por todos como uma adaptação, já que são mudanças que exigem paciência e cuidados. Entornar a vasilha de leite, deixar cair o pote, comer com as mãos são comportamentos esperados nessa faixa etária e devem ser tratados com muita tranquilidade, sem constranger os bebês e as crianças bem pequenas.

Orientá-los quanto a bons hábitos alimentares é papel educativo de Professores, Auxiliares e Estagiários, mas não deve ser exigido, de imediato, que tenham comportamentos corretos e adequados.

A alimentação deve ser oferecida em um ambiente tranquilo, que permita à criança desfrutar do prazer da refeição e da companhia de todos. As crianças maiores já podem escolher o local para sentar-se com seus amigos de turma. Os profissionais da creche deverão organizar os pratos das crianças de modo que o alimento fique visivelmente prazeroso, de acordo com as orientações do setor de nutrição trazidas em reuniões e capacitações.

Não é aconselhável misturar toda a comida das crianças, pois quando os alimentos ficam separados no prato, há melhor aceitação da refeição e a criança conhecerá os sabores individuais dos alimentos.

Os adultos que alimentarão os bebês devem estar sem adornos (brincos, anéis e outros), usando toucas, e com as mãos adequadamente higienizadas. É importante lembrar que a comida do bebê nunca deve ser assoprada. Ao tentar esfriá-la o adulto poderá usar uma tampa de plástico, por exemplo, movimentando-a acima do prato servido.

Para as refeições devem ser colocados babadores limpos e de uso individual nos bebês. Os que ainda não sentam devem receber a alimentação calmamente no colo do educador. Bebês que já sentam podem se alimentar no cadeirão com o educador sentado à sua frente para servi-lo.

Bebês maiores de 1 ano podem sentar-se em mini mesas com mini cadeiras, que evitem tombar ou virar para trás. É importante que as cadeiras sejam pesadas para oferecer segurança ao bebê.

Crianças maiores de 1 ano e 6 meses, podem sentar-se em mesas com poucas crianças, com 4 ou 6 lugares, o que é mais interessante porque permitem uma maior interação social. Quando esse número excede, a mobilidade destas crianças fica prejudicada.

Os bancos e cadeiras devem sempre ter encosto para garantir a segurança na hora das refeições. Vale ressaltar que em todas as faixas etárias a supervisão do adulto é primordial.

Todas as refeições do cardápio deverão ser servidas em utensílios adequados. Fórmula infantil em mamadeira; leite, suco ou outros líquidos em copo de transição ou canecas; as frutas, biscoitos, pães, bolos em cumbucas ou pratos com a colher, quando necessário; as refeições como almoço e jantar em prato de vidro com a colher e garfo para amassar, quando necessário.

Até a modalidade maternal, as crianças devem utilizar exclusivamente colheres para se alimentarem. Sugere-se que no último semestre do maternal elas iniciem algum contato com o garfo e com a faca sem ponta, sempre sob supervisão, para se habituariem ao uso destes utensílios.

É importante que os profissionais da creche relatem às crianças bem pequenas qual será o cardápio do dia, sentando-se perto de cada grupo de crianças e incentivando-as a experimentar a comida. Também recomenda-se que, no momento em que os bebês estão sendo alimentados, sejam ensinados por meio de linguagem apropriada sobre o nome dos alimentos que estão consumindo.

► Consumo de água

Com a introdução dos alimentos complementares é importante que a criança receba água nos intervalos das refeições. Esta deve ser tratada, filtrada ou fervida, e oferecida e incentivada várias vezes ao dia, a fim de que o organismo do bebê se mantenha saudável e bem hidratado. Não se recomenda o consumo de água no momento das refeições.

HIGIENE

Os momentos de higiene pessoal dos bebês são tão importantes quanto às demais atividades da rotina, pois além de contribuir para o bem-estar e a saúde, são oportunidades de relação entre criança e adulto e, portanto, devem ser permeados de afetividade.

► Troca de Fraldas

Os profissionais da creche devem usar luvas para evitar contaminação e/ou pelo desconforto que sentem ao entrar em contato com as fezes do bebê. Nesse caso, além de orientação sobre a técnica correta de vestir e retirar luvas, esses profissionais precisam saber que o uso da luva não substitui a lavagem das mãos.

Pode-se também utilizar espátula de madeira descartável para aplicação de pomadas nos bebês tanto nas trocas como ferimentos. Essas medidas devem ser tomadas e respeitadas para evitar a proliferação de doenças entre os bebês e funcionários.

Deve-se organizar todos os pertences do bebê no local de troca antes de trazê-lo para o ambiente. Pegar mochila, retirar a roupa, pomada de assadura, kit de higiene, toalha, etc.

Bebês e crianças bem pequenas não podem, em hipótese nenhuma, serem deixados sozinhos no trocador, esperando que sejam atendidos depois que seus pertences sejam encontrados pelos profissionais da creche. Esta medida é extremamente necessária para prevenir ocorrência de acidentes, pois por qualquer descuido o bebê pode virar e cair do trocador.

Deve ser realizada a higienização do colchonete do trocador com álcool 70% antes e após toda troca de fraldas.

Cada criança deve utilizar seus próprios materiais de higiene. Especial atenção deve ser dada aos bebês e crianças bem pequenas com especificidades médicas devido a alergias e/ou doenças de pele.

Sabonete líquido para banho devem ser de uso individual e armazenados em local que não acumule água.

As superfícies, objetos e brinquedos contaminados por fezes e urina, devem ser limpos imediatamente, usando água e detergente neutro, seguido de desinfecção clorada.

Deve-se organizar o espaço da troca, deixando-o atrativo e interativo, envolvendo a criança por meio do “diálogo” sobre tudo o que está fazendo. Fazer a troca de fraldas mantendo um contato afetivo com o bebê, pelo toque, pelo olhar e pela conversa, evitando que este seja um ato mecânico com movimentos bruscos e demasiadamente apressados.

Descartar fraldas com resíduos no cesto de lixo. As lixeiras devem ter pedal e tampa, acondicionados nos espaços de banho e fora do alcance dos bebês e crianças bem pequenas.

Retirar a luva pelo avesso, de forma que as mãos fiquem encobertas, e não possam ser contaminadas. O educador deverá lavar as mãos após cada troca de fraldas.

Usar toalhas descartáveis para enxugar as mãos dos bebês, das crianças bem pequenas e dos profissionais da creche sempre que forem lavadas, antes das refeições, após cada troca e em outros momentos necessários na rotina.

A fim de se evitar o risco de contaminação, o lixo deve ser retirado antes que se acumule, cerca de três vezes ao dia. As peças de roupas com resíduo precisam ser embaladas separadamente e armazenadas fora da mochila para não contaminar a roupa limpa da mochila e a sala de aula em casos de virose.